

A stylized speech bubble icon consisting of a light green circle with a white speech bubble shape inside, positioned to the left of the text.

artigos dossiê



DOI: 10.5380/2238-0701.2019n18.03
Artigo recebido em: 01/07/2019
Artigo aprovado em: 01/07/2019

A gênese e o meio da filosofia dos meios





A gênese e o meio da filosofia dos meios¹

Genesis and medium of media philosophy

El génesis y el medio de la filosofía de los medios

JOHANNES BENNKE ²

Resumo: Nos estudos de mídia, há uma discussão desde os anos 1980 sobre uma compreensão do meio/mídia que não é baseada na mídia de massa. Como disciplina, teve que se diferenciar de estudos de comunicação e literatura e de estudos culturais que se concentram em sistemas sociopolíticos e econômicos ou em sistemas de ordem simbólica. Neste artigo, defendo pelo menos três debates que levaram a outra maneira de pensar a mídia. O que é chamado de Teoria Alemã da Mídia consiste em uma virada para uma materialidade da comunicação, investiga a medialidade específica de um meio e analisa as funções do meio dentro das práticas e operações, em vez de tomar o meio como uma entidade fixa. Embora a Teoria Alemã da Mídia seja considerada um caminho especial adotado nos estudos de mídia, defendo que o debate sempre foi internacional e continua a desafiar os discursos existentes.

Palavra-chave: Filosofia da Mídia, Materialidade da Comunicação, Medialidade, Teoria da Mídia Alemã.

1 Tradução de Maurício Liesen, Prof. Colaborador e Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) do PPGCOM-UFPR.

2 Doutorando no Centro de Competência em Antropologia da Mídia (KOMA) da Universidade Bauhaus em Weimar, na Alemanha. Mestre em Estudos de Mídia pela Universidade de Potsdam. E-mail: johannes.bennke@uni-weimar.de.

Abstract: Within media studies there has been a discussion since the 1980s about an understanding of media that is not based on mass media. As a discipline, media studies had to differentiate itself from communication and literature studies and from cultural studies that focus on sociopolitical and economic systems or on systems of symbolic order. In the article, I argue for at least three debates that led to another way of thinking media. German Media Theory consists of a turn to a materiality of communication, investigating the specific mediality of a medium and analyzing media functions within practices and operations rather than taking the medium as a fixed entity. Even though German Media Theory is considered a special path taken within media studies (German Sonderweg), I argue that the debate has always been international and continues to challenge existing discourses.

Palavra-chave: Media Philosophy, Materiality of Communication, Mediality, German Media Theory.

Resumen: En los estudios sobre los medios de comunicaci3n, ha habido una discusi3n desde la d3cada de 1980 sobre una comprensi3n del medio que no se basa en los medios de comunicaci3n masivos. Como disciplina, tuvo que diferenciarse de los estudios de comunicaci3n y literatura y los estudios culturales que se centran en sistemas socio-pol3ticos y econ3micos o sistemas de orden simb3lico. En este art3culo, abogo por al menos tres debates que llevaron a otra forma de pensar los medios de comunicaci3n. Lo que se llama la Teor3a Alemana de los Medios consiste en un giro hacia una materialidad de la comunicaci3n, investiga la medialidad espec3fica de los medios y analiza las funciones del medio dentro de las pr3cticas y operaciones en lugar de tomar el medio como una entidad fija. Si bien la Teor3a Alemana de los Medios se considera un camino especial en los estudios de medios, sostengo que el debate siempre ha sido internacional y contin3a desafiando los discursos existentes.

Palavra-chave: Filosof3a de los medios, Materialidad de la comunicaci3n, Medialidad, Teor3a Alemana de los Medios.

Para que filosofia dos meios?

A filosofia dos meios³ é obstrutiva. Transversalmente às demais disciplinas, ela determina o lugar dos meios. Por isso ela já foi considerada uma disciplina impossível (PIAS, 2011, p.15). Ou mesmo um assunto temporário (SEEL, 2003, p. 10). Ou que ela não teria nem um método, nem uma teoria, muito menos um objeto (ENGELL; VOGL, 1999, p. 10) e um programa (ENGELL, 2003, p. 53). Sua nomenclatura até assumiu outras roupagens (filosofia teórico-medial, filosofia da mídia ou simplesmente teoria dos meios), mas é certo que ela está de alguma forma situada na interface entre os estudos de mídia e a filosofia, muito embora seu conhecimento específico e sua afiliação disciplinar tivessem permanecido questionáveis. Assim, o termo já havia sido despachado desde os seus primeiros passos (ESPOSITO, 2003, p. 26). *Então, por que continuar falando em uma filosofia dos meios? E em que medida isso se trata – ou não – de um problema particularmente alemão?*

A questão da função e da possível posição singular da filosofia dos meios acompanha a nomenclatura desde o começo como uma sombra atada à sua origem: *O que é Filosofia dos Meios e quem possivelmente precisa mais dela: a Filosofia ou os Estudos de Mídia?* (FILK; GRAMPP; KIRCHMANN, 2004), *Para que Filosofia dos Meios?* (SANDBOTHE, 2010), *O que foram as mídias?* (PIAS, 2011). Também no Anuário Internacional de Filosofia dos Meios, fundado em 2015, Dieter Mersch aborda essas questões como epítome de seu programa e, assim, traça alguns aspectos problemáticos e motivacionais da filosofia dos meios (MERSCH; MAYER, 2015).

O início de uma discussão decididamente filosófica na Alemanha sobre os meios de comunicação pode ser situada – dependendo da perspectiva – nos anos 1990. Abordagens conflitantes já se constituíram nesses anos iniciais. As primeiras monografias e antologias buscaram se situar em um debate bastante heterogêneo. Não apenas não existiu uma

³ A língua alemã possui ao menos três palavras que poderiam ser traduzidas para o português como “meio”, *Medium*, *Mittel* e *Mitte*, embora só a primeira seja utilizada para se referir aos meios de comunicação (em seu plural *Medien*). Com o intuito de diferenciar a Filosofia dos Meios [*Medienphilosophie*] de teorias sobre os meios de comunicação em massa [*Massenmedien*], optamos por evitar o uso do termo “mídia”. A palavra foi utilizada em alguns momentos do texto, seja para diminuir a repetição do termo “meios”, seja para ressaltar a relevância do texto à área de Comunicação, muito embora as acepções de “meio” da Filosofia dos Meios vão muito além do sentido corrente de “mídia” em português. [NdT]

teoria universal que unisse todas as posições em si, mas tal teoria foi decididamente rejeitada por vários lados como indesejável, inalcançável, obstrutiva e atrasada. Neste ensaio, vou mapear esse terreno medial-filosófico nascente em relação a estas duas principais questões: *Como as questões da filosofia dos meios mudaram desde o seu início? E qual é o papel do alegado caminho particular dos estudos alemães de mídia para o desenvolvimento de uma filosofia dos meios?*

Não se trata aqui de uma análise sistemática dessas questões – isso exigiria uma leitura abrangente que não pode ser feita neste momento. Em primeiro lugar, essas perguntas dizem respeito a uma gênese e a uma definição do problema do campo em contraste, por exemplo, aos estudos de comunicação. Em segundo lugar, buscam exibir algumas tendências da filosofia dos meios – especialmente em relação ao problema do meio [de expressão] da filosofia da mídia. Em terceiro lugar, elas remetem ao problema dos estudos de mídia na Alemanha, especialmente na rotulação da filosofia dos meios como um fenômeno acadêmico alemão.

Origem disciplinar da Filosofia dos Meios

Com os primeiros exercícios discursivos de flexibilização sobre a filosofia dos meios, especialmente na segunda metade da década de 1990, uma terceira fase de estudos de mídia⁴ começa na Alemanha. Depois de uma “fase ingênua no final dos anos 70 e começo dos 80” e de sua “crescente institucionalização” nos anos 1990 (ENGELL, 2011, p. 104), os estudos midiáticos entram na virada do milênio como a disciplina basilar da “pesquisa e estudos culturais sobre a medialidade” (WISSENSCHAFTSRAT, 2007, p. 89). Os estudos de mídia já haviam finalmente se libertado do jornalismo, das ciências da comunicação e da literatura (bem como das implicações efetivas da teoria da mídia do influente capítulo da indústria cultural a partir da Dialética do Esclarecimento da Escola de Frankfurt). Ao mesmo tempo, há um problema de tradução do conceito de pesquisa cultural da medialidade, já que esta não é uma variante dos Estudos Culturais anglo-saxônicos

4 Para uma história dos estudos de mídia sob uma perspectiva alemã, cf. LESCHKE, 2014.

nem é a investigação dos meios de comunicação de massa. Ao contrário dos Estudos Culturais, as Ciências da Cultura [*Kulturwissenschaft*] na Alemanha estão menos preocupadas com sistemas de organização sociopolíticos, econômicos e simbólicos, e mais com um paradigma metodológico de “uma investigação interdisciplinar das humanidades, na direção da escola de Warburg, sobre a história do conhecimento e da memória cultural” (BREGGER, 2009, p. 216).

Ao lançarmos um olhar mais atento, percebemos que a própria filosofia dos meios, como uma disciplina específica dos estudos da mídia, teve sua gênese nos últimos vinte anos. Embora algumas dificuldades sejam encontradas para consolidar a filosofia da mídia como “disciplina” no sentido estrito de uma área delimitada de conhecimento claramente situada dentro das ciências da mídia, o campo discursivo apresenta traços de uma gênese disciplinar. Por enquanto, por uma questão de simplicidade, vamos considerar as características de um esquema muito trivial de uma criação disciplinar⁵: 1. Pré-história; 2. Gênese; 3. Desenvolvimento do campo do conhecimento a partir dos seus próprios fundamentos (GUNTAU; LAITKO, 1987, p. 50 et seq.). A seguir, listo individualmente os problemas e questões mais frequentes dessas três fases.

Pré-história da Filosofia dos Meios

Para desenvolver essa pré-história da filosofia dos meios, gostaria de discutir três aspectos que, por seu turno, já são caracterizados por um conjunto completo de teorias, conceitos e programas.

(1) Por uma boa década, de 1980 até o início dos anos 1990, a expressão “materialidade da comunicação” foi usada para significar um movimento de busca heurística que defendeu uma virada epistemológica em direção à “concretude das coisas” (GUMBRECHT, 2005) após períodos de intensa especulação e interpretação nas Humanidades. O termo reuniu diferentes tradições teóricas:

[...] especialmente aquela da “externalidade do significante” baseada na crítica logocentrista de Jacques Derrida (1967) e no desenvolvi-

5 Sobre a complexidade da historiografia midiática, cf. SCHRÖTER; SCHWERIN, 2014

mento pioneiro de Friedrich Kittler de uma história da mídia (1987); mas também a teoria sociológica dos sistemas de Niklas Luhmann, na “Poética da Voz” (1983) desenvolvida pelo medievalista Paul Zumthor, na psicanálise lacaniana e até mesmo na reivindicação do materialismo da filosofia marxista. (GUMBRECHT, 2008, p.145)

O centro da questão era: *como poderiam ser obtidas e descritas as premissas não simbólicas e significantes, o lugar, o veículo e as modalidades da gênese sensorial?* Aí ainda parece reluzir as teses da filosofia tardia de Heidegger, influentes até hoje, desde que, de um lado, “a essência do ser humano é então solicitada a dar uma mão à essência da técnica” (HEIDEGGER, 1962, p. 37) e, por outro, “quando os processos de interação e comunicação falham, os componentes que os carregam se tornam visíveis na maior concretude possível” (GUMBRECHT, 2005, p. 145). Artefatos, máquinas e tecnologias culturais não podem mais ser determinados antropológicamente como produtos da dominação humana do mundo, “mas, inversamente, como a invasão de uma objetividade removida da disposição da ação ou de uma ‘presença’ na existência humana” (ibid, p. 147). Embora o debate sobre a “materialidade da comunicação” tenha perseguido questões sobre o sentido e a hermenêutica, o pensamento da materialidade foi relevante para futuras pesquisas em Humanidades e Ciências da Cultura. Ainda hoje, por exemplo, resta saber se essa materialidade pode ser descrita matematicamente, como Kittler afirma, ou se ela escapa fundamentalmente a uma definição.

É exatamente na virada para a materialidade da comunicação que o conceito de meio/mídia é liberado de seu uso restrito para os meios de comunicação de massa (televisão, cinema, rádio, internet etc.). Em lugar de um método social e empírico, surge um interesse no funcionamento e na condicionalidade material de todo processo de comunicação e mediação.

(2) O segundo aspecto é a crescente digitalização nos anos 1990 e o uso inflacionário do termo meio – principalmente como substantivo coletivo “mídia” ou “os media”. Em uma primeira frente, o computador foi discutido como um meio universal e a questão por uma estrutura geral da medialidade foi levantada: “O que é um meio? O que significa interpretar o computador como um meio? Nossas percepções da realidade estão mudando no contexto da virtualização aberta pela mídia

digital?” (KRÄMER, 1998, p. 9). “O que essa medialidade mostra acima de tudo em termos de tecnologia de mídia?” (THOLEN, 1999, p. 15).

Por fim, a medialidade se diferencia em um significado pragmático e um metafórico: “Mas o que distingue o *ser ‘real’* não-metafórico do computador *‘como-tal’* dos seus significados meramente *transmitidos* que parecem proliferar infinitamente nas representações multimídia?” (ibid.). Como, então, a essência tecno-medial pode ser distinguida do processo de mera transferência que a acompanha? Se a significação metafórica está voltada para a mera transferibilidade da informação pela mídia, a dimensão pragmática do uso da mídia vem à tona. O fato de que a formação da teoria foi baseada na rede de mídia digital também surgiu da incerteza com os novos meios de percepção sensorial:

Os meios de comunicação constituem a transformação da sociedade, cultura e percepção ou só a acompanham secundariamente? Então, qual é a localização categorial do meio digital dentro da sociedade em rede? Qual é a gênese e validade da diferença e da transição entre mídia analógica e digital? (THOLEN, 2005, pp. 155/163).

Ao mesmo tempo, a relação fundamental entre filosofia e estudos de mídia foi iluminada em uma segunda frente: “Como surgiu a expansão inflacionária do conceito de mídia?” (Bahr, 1999, p. 50 et seq.). Para responder a essa questão, são procurados conceitos e problemas dentro da filosofia que tenham relevância para estudos de mídia.

Essas questões vêm de uma insistência percebida como provocação pelo digital. Elas são processadas, por um lado, com a dedicação às características estruturais dos media sob o título de “medialidade” e, por outro, com a identificação de conceitos midiáticos e problemas na história da filosofia.

(3) Um terceiro aspecto passa por um conceito substancialista da mídia e pergunta sobre as práticas midiáticas: “Os meios tornam legível, audível, visível, perceptível, mas tudo isso com a tendência de se apagar e esconder sua participação constitutiva nessas sensibilidades, tornando-se assim imperceptíveis, anestésicos” (ENGELL; VOGL, 1999, p. 10).

Transformando isso em uma pergunta: *quais conceitos seriam adequados para uma perspectiva midiático-cultural que permitiria que um devir-midiático de símbolos, aparatos, técnicas e instituições sejam*

levados em conta a partir de um quadro de condições e elementos heterogêneos?

Com isso também se afirma uma própria episteme da mídia, que ainda se refletiu na fundação de uma nova faculdade em termos de política científica, na Universidade Bauhaus, em Weimar. A divisão clássica das Humanidades, Ciências Sociais, Engenharia e Economia contribui, assim, para uma nova episteme que, ao mesmo tempo, acomete outras faculdades. Em primeiro lugar, a fase inicial da filosofia midiática adota o pensamento da materialidade, em segundo lugar, em face da digitalização crescente, investiga a medialidade da mídia em busca de conceitos para sua descrição dentro da filosofia e, em terceiro lugar, aponta as práticas geradoras de/com/através da mídia e seu status epistemológico próprio.

Gênese da Filosofia dos Meios

Essas primeiras tendências experimentaram uma sistematização mais forte e o reconhecimento disciplinar no início dos anos 2000. A filosofia da mídia é baseada principalmente no pensamento especulativo, que vem “‘de fora’ da disciplina estabelecida e circula predominantemente em contextos discursivos que ocorrem ‘ao lado da’ filosofia academicamente institucionalizada” (MÜNKER; ROESLER; SANDBOTHE, 2003, p. 7). Nesse sentido, o movimento de busca dessa área jovem da mídia é dedicado à questão dos métodos experimentados e testados, descobrindo novos conceitos e, antes de tudo, recorrendo à filosofia para descobrir teorias correspondentes que fornecessem respostas possíveis aos problemas. O tom básico dessas questões é o de uma autolegitimação cética:

A filosofia da mídia é diferente ou algo mais do que a reflexão filosófica da transmissão tecnológica, dos meios semióticos de comunicação ou dos meios sensoriais da percepção? Talvez ela seja a nova teoria filosófica fundamental? Ou, inversamente, talvez a filosofia da mídia seja um oxímoro? O esquecimento quase universal dos meios pode mesmo ser apreendido teoricamente pela tradição filosófica? Essa iluminação da filosofia sobre si mesma e sobre seus meios de expressão é realmente necessária? Como uma possível filosofia dos meios se re-

laciona a formações discursivas como a arqueologia da mídia, a teoria da mídia em geral e a história da mídia? (ibid., p. 8)

A provocação contra as disciplinas estabelecidas da filosofia é clara: não é mais a língua que tem a soberania medial sobre as várias formas de reflexão, ponderação e compreensão. A filosofia dos meios compartilha esse diagnóstico com a ciência da imagem que se desenvolveu praticamente no mesmo período (BOEHM, 1995). Além de também ter formado seu próprio campo de discurso entre disciplinas, a ciência da imagem possui numerosas correspondências com a filosofia dos meios. De acordo com a opinião dominante, a filosofia da mídia deve sempre refletir a constituição medial de seu próprio método e seu objeto. “[A filosofia da mídia] pensa o meio em dependência ao meio do próprio pensamento” (ENGELL, 2008, p. 187). A questão sobre o meio da filosofia e sobre a reflexão cultural-científica da mídia não é de modo algum trivial. Ao contrário, ela pode ser definida como a própria área de atuação da filosofia dos meios. No entanto, o *como e o em que meio* essa reflexão sobre objeto, método e teoria deve ser praticada levam a uma alta heterogeneidade de abordagens. Mas é a prática do uso dos meios que ainda causa problemas filosóficos (MÜNKER, 2003, p. 18 et seq.). A partir dessa situação problemática, fica claro que, embora seja necessário pensar a partir do meio, o apriorismo medial deve ser, ao mesmo tempo, evitado. Em outras palavras, é importante esclarecer primeiro o que exatamente se mostra, em uma determinada estrutura, como meio. Sybille Krämer formulou isso como uma questão constitutiva: “Como a ‘constituição’ pode ser concebida no contexto da medialidade de tal modo que seja evitado um apriorismo medial?” (KRÄMER, 2003, p. 80).

A partir dessa perspectiva midiático-filosófica de Krämer, dá-se visibilidade – além da já mencionada materialidade da mídia e de seu poder gerador por meio de práticas – a um fenômeno particular dos meios: “Meio é sempre meio de um deixar-aparecer” (ibid., p. 89). Com isso, em contraste com a teoria dos meios, abre-se um campo de reflexão para a filosofia dos meios que se concentra no aparecer singular sem ter que decidir previamente o que é um meio. As tentativas de sistematizar o campo (SANDBOTHE; NAGL, 2005) até mostram uma variedade de discursos, mas sempre pressupõem um meio sensorial, semiótico ou

técnico. Dessa forma, é posto o que poderia ser determinado, antes de tudo, em sua especificidade. Paradoxalmente, a filosofia da mídia obtém seu impulso mais forte precisamente a partir dessa decidida indeterminação de objeto, método e teoria.

Desenvolvimento a partir de fundamentos próprios

Tendo em vista o fato de que talvez não seja um objetivo desejável para a filosofia da mídia se consolidar ou mesmo se sedimentar em uma disciplina autônoma, tendências de uma estratégia discursiva podem, no entanto, ser observadas. Para enfatizar isso novamente, a filosofia da mídia não parte de objetos ou métodos (PIAS, 2011, p. 17), mas da questão da constituição medial da produção de conhecimento de uma disciplina – incluindo a própria filosofia da mídia. A apresentação de retrospectivas investigativas com o objetivo de unificar o campo discursivo da filosofia dos meios – ao qual o presente texto também pertence – ou a introdução de perspectivas propositivas na pesquisa da medialidade existem desde o início da filosofia da mídia, contudo a situação do problema foi um pouco alterada: o desenvolvimento político-universitário e institucional das ciências (alemãs) dos meios pode ser bem delineado (ver a apresentação detalhada em LESCHKE, 2014), no entanto, ele é confrontado com algumas dificuldades de ter que considerar diversos desdobramentos disciplinares e conteudísticos, principalmente de outras áreas do saber. Essa alta heterogeneidade da filosofia da mídia se depara em campos tão diversos quanto os estudos de ciência e tecnologia, estudos audiovisuais ou a filosofia de processos, e está baseada, por um lado, nas visões epistemológicas do século XX (Bachelard, Canguilhem, Foucault) e, por outro, na renovação e diferenciação desses campos na filosofia da mídia.

Aqui, gostaria de discutir brevemente a filosofia da mídia como uma estratégia discursiva. Com isso, quero me referir a uma combinação mais livre de abordagens reflexivas sobre o conceito de meio e (suas) manifestações materiais concretas. A diferença, por exemplo, em relação à análise do discurso aos modos de Kittler é a delimitação do *a priori* medial. Para Kittler, era indiscutível que os meios, como sistemas de registro, tinham uma função discursiva, condicional e reguladora

(KITTLER, 2003). Deste modo, a obra de Foucault foi estendida à teoria dos meios. No entanto, a filosofia dos meios mais recente voltou a duvidar deste *a priori* medial. Em suma, limito-me a um problema que inicialmente é relevante para a estratégia do discurso da filosofia dos meios e que, em segundo lugar, coloca em questão o apriorismo medial – e que também pode ser entendido a partir da gênese esboçada até aqui de uma filosofia dos meios.

Isso tudo diz respeito à episteme dos meios. A pergunta “que tipo de conhecimento os meios produzem?” é basilar. Mas essa questão pode sofrer pelo menos três diferenciações. *Primeiramente*, aos meios pode ser imputada uma maneira própria de pensamento e reflexão. Trata-se, então, de uma capacidade teórica dos meios, na qual os próprios meios, enquanto agentes, produzem uma forma específica de ação e de conhecimento. Isso pode ocorrer, explicitamente, por meio da reflexão de artefatos tecno-mediais em processos de representação ou, implicitamente, nos próprios meios que supostamente encerram em si mesmos as suas propriedades e potenciais dando, assim, seu cunho específico. A teoria do cinema, por exemplo, não é apenas uma questão do discurso acadêmico, mas do próprio filme. Com isso, uma “teoria medial do próprio meio” sofre outra virada decisiva:

Uma teoria da mídia sobre o próprio meio seria, então, uma iluminação da lacuna entre teoria – rigorosa, conceitual e modelar – como uma forma de pensamento e o meio como uma condição de possibilidade dessa forma de pensar. Ela seria formulável não em termos teóricos fixos, mas sempre (ou ainda) envolvida nas operações e modos de funcionamento do próprio meio. (ENGELL, 2014, p. 207 et seq.)

Sob essa perspectiva, os meios se revelam como reflexivos: eles determinam sua estrutura de relacionamento que é estabelecida por intermédio deles na mesma medida em que são determinados por essa mesma estrutura. A esse respeito, a dimensão epistêmica consiste menos na geração de objetos estáveis e mais nas execuções performativas que são antes geradas – ou seja, só se tornam possíveis – através dos meios. Nesse aspecto, o conhecimento acaba sendo um uso concreto e operacional do meio.

Mas se – e agora entramos na *segunda diferenciação* – uma retração fundamental (a do próprio meio) provém desse uso, então como a

medialidade de cada meio pode ser demonstrada? Aqui neste potencial gerativo, por intermédio de uma posição mediadora e relacionadora dos meios, Dieter Mersch vê o perigo de um desaparecimento da materialidade e da medialidade do meio:

Nenhum meio pode mediar sua própria materialidade, muito menos os processos de sua própria performatividade; o portador da mediação, da transgressão, da transmissão, da transformação – ou o que quer que se compreenda como a função do meio – recusa-se à sua mediação, transgressão, transmissão ou transformação. (MERSCH, 2004, p. 79).

Mas como a materialidade, a medialidade e a performatividade do meio podem ser trazidas de volta à perceptibilidade se elas desaparecerem em seu uso operativo? Isto é conseguido pelo desvio do uso e pelo emprego de paradoxos mediais, que colocam o meio sob reflexão. O domínio de tais práticas performativas é a arte. Por essa razão, Mersch particularmente vê na abordagem do paradoxo medial não apenas um reduto de criatividade artística, mas também uma ferramenta de conhecimento reflexivo que não ocorre em modo discursivo, mas mostrativo. Nós então lidamos aí com epistemologias singulares no estético⁶.

Por fim, de acordo com a *terceira diferenciação*, o conhecimento dos meios pode ser investigado a partir da tecnologia: “O que o significado significa se a tecnologia o reorganiza desde a sua base e, assim, reorienta a cultura hermenêutica do significado?” (HÖRL, 2011, p. 11). O caráter explosivo desta perspectiva é afirmar que as abordagens anteriores da “progressiva ecologização tecno-informacional e tecno-comunicacional do ser” (ibid., p. 17) não podem fornecer conceitos apropriados para descrevê-la. Esse *deslocamento tecnológico do significado* diz respeito fundamentalmente à questão da “exterioridade, complementaridade, proteticidade e abertura originais e inquestionáveis do ser humano” (HÖRL, 2010, p. 21). Se os meios determinam nossa situação, então, na cultura do significado pós-instrumental da era tecnológica, devemos continuar a discutir de que maneira (com quais práticas) e sob quais condições eles determinam o significado, os modos de percepção e a

⁶ O estético em referência ao modo como as coisas se dão aos sentidos. [NdT]

técnica. Entretanto, a essência da técnica permanece dominante nessa abordagem e sua reinterpretação é filosoficamente tão enobrecida que permanece questionável se o deslocamento tecnológico do significado não é, em última instância, um apriorismo tecnológico há muito tempo abandonado (MERSCH, 2006, p. 219).

O exemplo dessa questão aparentemente simples sobre o conhecimento dos meios mostra que a diferenciação interna da filosofia da mídia complexifica a situação-problema e, assim, procede de pressupostos parcialmente contraditórios. Pode-se resumir brevemente as mudanças nas questões dentro da filosofia da mídia da seguinte forma: por um lado, a questão da materialidade dos meios tornou-se a base inquestionável do interesse medial-filosófico; por outro lado, tornou-se rapidamente discutível qual o papel que essa materialidade desempenha no uso dos meios. Logo, é evidente que conceitos como mídia, tecnologia, significado e conhecimento mudam de sentido assim que são questionadas suas condições materiais e mediais. Isso já é um bom indício para a produtividade da estratégia discursiva da filosofia dos meios.

Os estudos de mídia na Alemanha possuem alguma excepcionalidade?

A pergunta sobre o excepcionalismo alemão é, antes de tudo, uma questão histórica. Ela está localizada, tanto em termos de conceituação como formação disciplinar, na História. O conceito de excepcionalismo tem suas raízes no século XIX e é discutido na historiografia internacional em relação à história nacional da Alemanha. Central aí é a questão de como a Alemanha poderia ter caminhado para um estado fascista e totalitário entre 1933 e 1945. Os debates sobre excepcionalismo alemão tentam, portanto, explicar como o país chegou ao Nacional-Socialismo⁷. Neles estão incluídos, entre outros, as teses da “nação tardia” (Helmut Plessner), a fraqueza constitucional da República de Weimar, a sobrecarga social da crise econômica, a “modernização reacionária” (Jeffrey Herf) e

7 Jurgen Kocka fornece uma visão ampla sobre o debate com numerosos argumentos a favor e contra o excepcionalismo. Cf. “German History before Hitler: The Debate about the German Sonderweg”, in: *Journal of Contemporary History* 23 (1988), Nr. 1, S. 3-16.

os conflitos de classes, e ainda o seu distanciamento do resto dos países ocidentais após a Primeira Guerra Mundial. Estas teses foram rejeitadas, por exemplo, com a objeção de que outros países (europeus) também sucumbiram aos fascismos (Itália, Espanha, Vichy, na França). Também não está claro se são realmente fenômenos ocidentais e se, por isso, os fascismos são herdeiros culturais do Esclarecimento. Especialmente na chamada “Disputa dos Historiadores”⁸ (Historikerstreit), no final da década de 1980, o debate sobre a autocompreensão nacional e como lidar com essa herança voltou a se manifestar.

Portanto, parece um tanto surpreendente e anacrônico quando, no final dos anos 2000, essa questão da excepcionalidade é subitamente discutida nos estudos de mídia. De maneira mais enfática, o debate foi conduzido em um evento na Universidade de Siegen, em 2009, no qual participaram, entre outros, Friedrich Kittler, Hans Ulrich Gumbrecht e Geert Lovink. Esse debate foi acompanhado por uma série de artigos no periódico acadêmico *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, dos quais o tradutor de Kittler e teórico da mídia norte-americano, Geoffrey Winthrop-Young, também participou⁹. Mas por que cientistas da mídia discutem sobre características nacionais de seu campo?

Seguindo o desenvolvimento da filosofia dos meios apresentada até aqui, essa discussão ocorreu na fase de sua diferenciação e gênese. Uma fase de orientação e (re)fundação é acompanhada por uma variedade de posições, ou seja, incertezas, teses abruptas, mas também reflexos – o que também inclui o conceito de uma certa excepcionalidade. Esse reflexo explica pelo menos essa relação e referência a um antigo debate.

No entanto, a história dos estudos de mídia também pode ser escrita, de maneira geral, sem características decididamente nacionais¹⁰. E é quase consensual o fato de que os estudos e a teoria da mídia alemã são produtos de uma troca transnacional. Além disso, embora a estrutura específica alemã de financiamento acadêmico e, portanto, o modo de funcionamento científico sejam ressaltados enquanto fatores de distinção, muitos outros países têm características especiais neste

8 O *Historikerstreit* foi uma controvérsia intelectual e política transcorrida entre 1986 a 1989 na Alemanha Ocidental onde se discutiu as formas de memória da Alemanha nazista, as particularidades do Holocausto e qual o papel desses eventos na construção da identidade histórica do país. [NdT]

9 WINTHROP-YOUNG, Geoffrey; BALKE, Friedrich; CAMPE, Rüdiger; LETHEN, Helmut; PFEIFFER, Karl Ludwig. “Repliken auf Geoffrey Winthrop-Young und eine Gegenantwort”, in: *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, 2008, Nr. 2, S. 129-152.

10 LESCHKE, Rainer. *Medienwissenschaften und ihre Geschichte*, in: SCHRÖTER, Jens (Org.), *Handbuch Medienwissenschaft*, Stuttgart: Metzler, 2014, pp. 21-30.

tópico que também poderiam ser referenciadas. Por que, então, o caráter nacional é de repente trazido para o jogo acadêmico?

Para responder a essa pergunta, gostaria de citar dois argumentos que orientam uma parte do debate. Primeiramente, a experiência da atrofia dos meios de comunicação em massa com a máquina de propaganda de Goebbel durante o regime nazista após 1945 levou a uma sensibilização para seus poderes de manipulação e sedução. Em segundo lugar, um ceticismo se desenvolveu dentro da academia após a Segunda Guerra Mundial em relação às “super-teorias e paradigmas, que começam com suas afirmações conceituais de exclusividade” (WINTHROP-YOUNG, 2008, p.118).

Por outro lado, isso também levou a visões paranoicas, que na mídia assumem “principalmente esforços ou coerções de homogeneização” (ibid. p. 122). Em seu comentário sobre o debate do excepcionalismo, Claudia Breger faz justamente essa justaposição de reivindicações hegemônicas nas teorias da mídia internacionais e a diversidade heterônoma nas ciências da cultura dedicadas aos meios na Alemanha. Então, o que se trata aqui é, por assim dizer, de um desvio da produção internacional de teoria para um modo de pensamento (teórico) pluralista e democrático. Contra as renovadas reivindicações de hegemonia, Breger prescreve “meiozinhos maleáveis”: “software, estética dos meios, retórica em conjunção com o sotaque da diferença histórica, da polifonia síncrona, de um conceito de poder anti-monárquico emprestado de Foucault e de um interesse em espaços de ação para aquém dos fantasmas de soberania” (BREGER, 2009, p. 126).

Depreende-se daí que o pensamento medial-científico emana menos de um *corpus* fixo de teoria, objeto e método, e mais de investigações singulares sobre questões de medialidade, materialidade, reflexividade e práticas específicas.

Para citar mais um exemplo concreto de heteronomia: desde 2015, o *Internationale Jahrbuch für Medienphilosophie* [Anuário Internacional de Filosofia dos Meios] é publicado sob a direção de Dieter Mersch e Michael Mayer. O Anuário foi inaugurado com um artigo programático em decidido afastamento do apriorismo medial de Kittler, ao mesmo tempo em que defendia um recolhimento constitucional e diferencial naquilo que pode ser entendido como o medial. Esse decisivo distanciamento conduz a uma variedade de abordagens entre as contribuições publicadas no

Anuário que só poderiam ser unificadas sob uma curvatura grotesca de cada uma das diferentes posições: assim, surgem textos sobre as funções mediais de preposições, conjunções e locuções (e, como, através de, por meio de, etc.), sobre o pensamento cinematográfico do intervalo em Dziga Vertov ou ainda perguntas sobre a possibilidade paradoxal de tal pensamento heterogêneo – ou seja, uma forma de pensar que inquieta, incomoda e reconfigura – de se tornar tecnologicamente repetível.

Em outro lugar de produção filosófica da mídia – particularmente na Universidade de Weimar – surge como problema a questão do homem nas constelações mediais. Após a introdução da materialidade em trajes técnicos nas Ciências Culturais da Mídia nos anos 1980, o ser humano e, portanto, o momento humanista, foi imediatamente expulso. Do ponto de vista teórico-midiático, as questões antropológicas da mídia sobre o entrelaçamento entre homem e máquina, orgânico e mecânico, tendem a ficar em segundo plano. Como essa conexão reflexiva entre o ser humano e a mídia pode ser então descrita como um “terceiro independente, que precede toda distinção entre ser humano e os meios como sua origem”¹¹ ainda está para ser trabalhado. Tal “antropomedialidade”, como conceito heurístico, supera tanto o *a priori* medial quanto o antropológico e enfoca os conceitos epistêmicos, éticos, experimentais e reflexivos desse emaranhamento.

Aqui também não está à vista nem uma teoria-alfa vinculativa nem se trata de um empreendimento de pesquisa especificamente alemão. A busca por descrições plausíveis, mais voltadas para o singular do que para o geral, não diz respeito apenas à comunidade alemã, mas à comunidade internacional de pesquisa. O elemento germânico na filosofia da mídia alemã seria então apenas, de um lado, a orientação para as Ciências da Cultura e, por outro, sua língua de trabalho. O conhecimento reflexivo de tal filosofia dos meios é sem fronteiras, tanto nacionais quanto discursivas. Talvez essa qualidade sem limites seja uma característica essencial de uma “ciência midiática da cultura” medial-filosoficamente fundamentada.

11 Programa de Investigação do KOMA (Centro de Competências em Antropologia Medial), disponível em www.uni-weimar.de/de/medien/institute/koma/forschungsprogramm. (Acessado pela última vez em 11/05/2019).

REFERÊNCIAS

BAHR, Hans-Dieter. *Medien und Philosophie. Eine Problemskizze in 14 Thesen*. In: THOLEN, Georg Christoph; SCHADE, Sigrid (Org.). **Konfigurationen: zwischen Kunst und Medien**. Munique: Wilhelm Fink, 1999, p. 50-68.

BOEHM, Gottfried (Org.). **Was ist ein Bild?**. Munique: Fink, 1995.

BREGER, Claudia. Zur Debatte um den Sonderweg deutsche Medienwissenschaft, *Zeitschrift für Medienwissenschaft* 1, 2009, Nr. 1.

ENGELL, Lorenz; VOGL, Joseph. *Vorwort*. In: PIAS, Claus; VOGL, Joseph; ENGELL, Lorenz; FAHLE, Oliver; NETZEL, Britta (Org.). **Kursbuch Medienkultur: die massgeblichen Theorien von Brecht bis Baudrillard**, Stuttgart: DVA, 1999, p. 8-11.

_____. Tasten, Wählen, Denken. *Genese und Funktion einer philosophischen Apparatur*. In: MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003.

_____. *Affinität, Eintrübung, Plastizität. Drei Figuren der Medialität aus der Sicht des Kinematographen*, in: MÜNKER, Stefan; RÖSLER, Alexander (Org.). **Was ist ein Medium?** Frankfurt: Suhrkamp, 2008, p. 185-210.

_____. *Medien waren möglich*. In: PIAS, Claus. **Was waren Medien?**. Zürich: diaphanes, 2011, p. 103-120.

_____. *Zeitagenten und Agentenzeit. Uhrenhandeln in Christian Marclays "The Clock"*. In: ENGELL, Lorenz; VOSS, Christiane; HARTMANN, Frank. **Körper des Denkens: neue Positionen der Medienphilosophie**. Munique: Wilhelm Fink, 2013, p. 305-217.

ESPOSITO, Elena. *Blindheit der Medien und Blindheit der Philosophie*. MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003.

FILK, Christian; KRICHMANN, Kay; GRAMPP, Sven. *Was ist 'Medienphilosophie' und wer braucht sie womöglich dringender: die Philosophie oder die Medienwissenschaft? Ein kritisches Forschungsreferat*. In: *Allgemeine Zeitschrift für Philosophie* 29, Nr. 1, 2004, p. 39-65.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. *Materialität der Kommunikation*. In: ROESLER, Alexander; STIEGLER, Bernd (Org.). **Grundbegriffe der Medientheorie**. Paderborn: Fink, 2005, P. 144-149.

GUNTAU, Martin; LAITKO, Hubert (Org.). **Der Ursprung der modernen Wissenschaften: Studien zur Entstehung wissenschaftlicher Disziplinen**. Berlin: Akad.-Verl, 1987.

HEIDEGGER, Martin. **Die Technik und die Kehre**. Pfullingen: Neske, 1962, p. 37-47.

HÖRL, Erich. *Die technologische Sinnverschiebung. Über die Metamorphose des Sinns und die große Transformation der Maschine*. In: ENGELL, Lorenz; BYSTRICKY, Jiri; KRILLOVA, Katerina (Org.). **Medien denken: Von der Bewegung des Begriffs zu bewegten Bildern**. Bielefeld: transcript, 2010, P. 17-36.

_____. **Die technologische Bedingung. Beiträge zur Beschreibung der technischen Welt**. Berlin: Suhrkamp, 2011, p. 7-53.

KITTLER, Friedrich. **Aufschreibesysteme 1800-1900**. München: Fink., 2003.

KRÄMER, Sybille. Erfüllen Medien eine Konstitutionsleistung? Thesen über die Rolle medientheoretischer Erwägungen beim Philosophieren. In: MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003, p. 78-90.

LESCHKE, Rainer. Medienwissenschaften und ihre Geschichte. In: SCHRÖTER, Jens (Org.). **Handbuch Medienwissenschaft**. Stuttgart: Metzler, 2014, p. 21-30.

MERSCH, Dieter. Medialität und Undarstellbarkeit. Einleitung in eine ›negative‹ Medientheorie. In: KRÄMER, Sybille (Org.). **Performativität und Medialität**. München: Fink, 2004, p. 75-96.

_____. **Medientheorien zur Einführung**. Hamburg: Junius, 2006.

MERSCH, Dieter; MAYER, Michael (Org.). **Internationales Jahrbuch für Medienphilosophie. Einschnitte: Genesis und Geltung medienphilosophischer Reflexionen**. Berlin: de Gruyter, 2015.

MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003.

PIAS, Claus: **Was waren Medien?**. Zürich: diaphanes, 2011.

SANDBOTHE, Mike. **Wozu Medienphilosophie?** Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

SANDBOTHE, Mike; NAGL, Ludwig (Org.). **Systematische Medienphilosophie**. Berlin: Akad.-Verl 2005.

SCHRÖTER, Jens; SCHWERING, Gregor. Modelle des Medienwandels und der Mediengeschichtsschreibung. In: SCHRÖTER, Jens (Org.). **Handbuch Medienwissenschaft**. Stuttgart: Metzler, 2014, p. 179-190.

SEEL, Martin. Eine vorübergehende Sache. In: MÜNKER, Stefan; ROESLER, Alexander; SANDBOTHE, Mike (Org.). **Medienphilosophie. Beiträge zur Klärung eines Begriffs**. Frankfurt.: Fischer, 2003, p. 10-15.

THOLEN, Georg Christoph. Überschneidungen. Konturen einer Theorie der Medialität. In: THOLEN, Georg Christoph; SCHADE, Sigrid. **Konfigurationen: zwischen Kunst und Medien**. Munique: Wilhelm Fink, 1999, P. 15-34.

WINTHROP-YOUNG, Geoffrey. von gelobten und verfluchten Medienländern. Kanadischer Gesprächsvorschlag zu einem deutschen Theoriephänomen. In: *Zeitschrift für Kulturwissenschaften*, Nr. 2, 2008.

